



**PAUTA
PARA A 133ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 743, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta os §§ 8º e 9º ao artigo 5º da Lei nº 6.374, de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 738, de 2010, de autoria do deputado Fausto Figueira. Dá a denominação de "Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Gomes" ao viaduto localizado no km 58,958 da Rodovia Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 739, de 2010, de autoria do deputado André Soares. Altera o artigo 4º da Lei nº 9.192, de 1995, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

3 - Projeto de lei nº 740, de 2010, de autoria do deputado Donisete Braga. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Comunitária em Itaquera e Adjacências" - ABC ITAQUERA, na Capital.

4 - Projeto de lei nº 741, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Propõe nova jornada de trabalho para o cargo de Psicólogo nas instituições públicas do Estado.

5 - Projeto de lei nº 742, de 2010, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública o "Núcleo da Terceira Idade de Boituva"- NUTI, naquele Município.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 736, de 2010, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Dorothea Paulino Ferro" à Escola Estadual localizada no Residencial Ana Dorothea, em Franca.

2 - Projeto de lei nº 737, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa Carteira de Motorista Popular", no Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 733, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Projeto Recriando", em Mococa.

2 - Projeto de lei nº 734, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia do Trabalhador Rodoviário".

3 - Projeto de lei nº 735, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Dr. Léo Orsi Bernardes" à ponte localizada no km 125,800 da SP 127, em Tatuí.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 731, de 2010, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dá nova redação aos itens II e V do artigo 1º da Lei nº 2.574, de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública.

2 - Projeto de lei nº 732, de 2010, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública o "Centro de Voluntariado de Ribeirão Preto", naquele Município.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

11ª Sessão

Projeto de lei nº 711, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 39, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine providências que permitam aperfeiçoar e intensificar a fiscalização do efetivo cumprimento por parte das empresas da proporcionalidade das vagas destinadas a pessoas portadoras de deficiência, prevista no artigo 93 da Lei federal nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

2 - Moção nº 40, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de lei nº 1987, de 2007, que dispõe sobre a consolidação da legislação material do trabalho, seja emendado, no sentido de se fazer incluir em seu artigo 9º o mesmo teor contido no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social.

3 - Moção nº 47, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que seja aprovado o Projeto de Lei nº 6042, de 2005.

4 - Moção nº 112, de 2009, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, no sentido de que seja rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre a Contribuição Assistencial.

5 - Moção nº 13, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, no sentido de que aprovem o Projeto de Lei nº 4924, de 2009, que altera a Lei nº 7498, de 1986, estabelecendo o piso salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e do Parteiro.

6 - Moção nº 15, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 7703 de 2006 não seja aprovado, de forma a não restringir a autonomia de outros profissionais de Saúde.

7 - Moção nº 36, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como aos Líderes Partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 196, de 2009, seja aprovado, atendendo assim ao interesse público.

8 - Moção nº 38, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 115 de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da profissão dos comerciários, seja aprovado.

9 - Moção nº 71, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei no qual as pessoas jurídicas sejam obrigadas a disponibilizar seguro de vida e acidentes pessoais aos seus empregados.